

Congresso terá maior poder sobre orçamento

por Cláudia Safatle
de Brasília

E bastante provável que o governo dê, na montagem do orçamento fiscal para o exercício de 1986, um importante passo na consolidação dos orçamentos e, conseqüentemente, maiores poderes ao Congresso Nacional para deliberar sobre quanto, como e onde gastar os recursos arrecadados pelos tributos e pela dívida pública, através da colocação de títulos federais no mercado aberto.

Ontem, os técnicos do Ministério da Fazenda e do Planejamento, coordenados pelos secretários gerais Sebastião Marcos e Andrea Sandro Calabi, tiveram uma demorada reunião para definir quais os gastos típicos do governo que estão no orçamento monetário e que poderão ser colocados na coluna dos "encargos financeiros" da União para serem financiados pela colocação de títulos, que passaria a constar das "operações de crédito da União", no orçamento fiscal, que terá de ser encaminhado até o dia 31 de agosto ao Congresso Nacional.

Segundo as contas do Ministério da Fazenda, para transferir as Aquisições do Governo Federal (operações de AGF), os subsídios ao trigo, ao açúcar, os encargos da dívida interna e externa e as despesas com os estoques reguladores, serão necessários quase Cr\$ 200 trilhões a mais de

receita no orçamento da União, que prevê receitas tributárias de Cr\$ 321 trilhões (com acréscimo real de 10% sobre este ano). Esse volume de recursos, portanto, seria financiado pela colocação de títulos públicos.

CAUTELA PARA DEFINIR ITENS TÍPICOS

"Eu espero que nada impeça esse passo", acentuou Calabi, ontem, limitando a consolidação orçamentária a esses pontos assinalados. A separação do Banco Central (BC) do Banco do Brasil (BB), transformando este em banco comercial e o BC ficando livre de todas as funções de fomento, não será introduzida já. Esse seria um outro passo em direção à reforma monetária, sustentou o secretário geral da Seplan. Não está totalmente definido que todos os itens típicos de governo serão transferidos para o orçamento fiscal. Como ponderou Calabi, é necessário cautela nessa tarefa, para que a máquina administrativa esteja preparada para operar com o modelo de consolidação orçamentária.

COMÉRCIO — As vendas na região metropolitana de São Paulo cresceram 10% no primeiro semestre deste ano. O índice foi divulgado ontem pela Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo. A variação mensal em junho situou-se em 11,5% em comparação com igual período de 1984.